

SACERDÓCIO: ROSTO DE PROXIMIDADE E SOLIDARIEDADE¹

Os cristãos jamais consideraram como mera retórica o amor fraterno pregado por Jesus Cristo. Inerente ao dado da fé, esteve sempre o serviço aos outros, pertencessem ou não à comunidade crente. Serviço muitas vezes escondido e personalizado –o tal em que nem sequer a mão esquerda sabe o que faz a direita-, mas também organizado, estruturado ou «institucionalizado». Pense-se, por exemplo, na instituição oficial do diaconado, logo nos primórdios dos tempos apostólicos, com a finalidade da assistência aos pobres, mormente no fornecimento de refeições diárias (cf. Act 6, 1-6).

Ao longo da história, esta dupla dimensão acompanhou sempre a existência cristã. Sem que uma absorvesse a outra. Mas chamou a atenção, precisamente porque mais observável, a caridade organizada. Durante séculos, foi mesmo a única presente na sociedade. Porém, com a modernidade, o sentimento anti-religioso intentou afastar a Igreja da sua grande base de apoio: a sociedade. Fez, então, tentativas de a imitar criando organismos assistenciais. Mas foi, fundamentalmente, depois da segunda guerra mundial, vendo que o capitalismo, por si, jamais adquirirá um rosto humano, que muitos teóricos e estadistas lançaram as bases daquilo que se convencionou chamar o «Estado Social».

Esta época representou um verdadeiro «boom» para as instituições de solidariedade social. Mais uma vez, a Igreja foi pioneira: aproveitou a experiência que já possuía em organismos assistenciais e, com apoios estatais, lançou-se na construção de centros sociais paroquiais e outras estruturas que cobrem um pouco a totalidade do país. A iniciativa partiu, quase sempre dos sacerdotes. E bem, obviamente. Por isso, foram, são e serão sempre o verdadeiro “*rosto de proximidade e solidariedade*”. Mas creio ser chegado o momento de proceder a avaliação dos resultados. Por muitos motivos. Por exemplo, para ver se a dimensão organizacional não absorve energias necessárias para a pastoral, se esse mesmo âmbito não obscurece o que poderíamos chamar a «caridade personalizada e de proximidade» e, fundamentalmente, se a aceleração da história não conduziu ao dado insólito de transformar os serviços paroquiais em extensões do Estado que este, em condições altamente vantajosas, usa enquanto precisa e descarta, sem qualquer pudor sem olhar a consequências, quando está em condições de resolver as coisas de outro modo, ainda que com piores serviços e a preços muito mais elevados.

Com este texto, apenas pretendo dar o meu contributo para essa avaliação. Dividi-lo-ei em três partes. Numa primeira, mais doutrinal, acentuarei a solidariedade como expressão humana e, muito mais, cristã; depois, apresentarei algumas razões pelas quais os sacerdotes sempre se colocaram na linha da frente da caridade organizada; finalmente, intentarei uma reflexão sobre o modelo de caridade a que somos chamados nos tempos que correm. Terminarei com uma breve conclusão.

1. Da sociedade à beneficência

O individualismo contemporâneo parece ter dificuldade em entendê-lo, mas ser pessoa é ser social. Devemo-nos uns aos outros: ninguém se basta a si mesmo, todos temos

¹ O presente texto reporta-se a uma comunicação, quase informal, apresentada no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa no âmbito do programa “Porto Solidário”. Posteriormente, foi apresentado também ao Conselho de Arciprestes da Arquidiocese de Braga. Na hora de organizar mais os apontamentos então tomados, propositadamente, optei por manter as marcas da oralidade. Razão pela qual este texto se apresenta sem aparato crítico e construído à base de tópicos.

necessidade dos outros para coisas tão habituais como a alimentação ou o vestuário, participamos da mesma cultura que orienta as mundividências do grande grupo em que nos inserimos, etc. A esta dimensão é que chamamos socialidade. Se vivida num âmbito superior de dádiva ou altruísmo, falamos de caridade.

1.1 – A filantropia como inerente à socialidade

A socialidade é uma dimensão da consciência humana que sente contínua necessidade de se exprimir em noções a que chamamos valores (ajuda, socorro, carinho...) e até em instituições que garantam um cunho de continuidade a esses valores (instituições de solidariedade social). É a dimensão filantrópica, presente em todas as latitudes e tempos históricos, seja qual for a religião ou a falta dela.

Esta dimensão pode ser favorecida ou dificultada por situações internas ou externas à pessoa. Por exemplo, perante as dimensões da tragédia do terramoto do Haiti é mais fácil gerar-se uma onda de solidariedade do que perante os sem-abrigo, pois estes, de tão «habituais», quase que fazem parte do nosso quotidiano. Mas é fundamentalmente a cultura que favorece ou dificulta a filantropia. E nos nossos dias, a sociedade do bem-estar, do consumo, das tecnologias para desfrute individual, de acentuada mobilidade de veraneio (viagens de fins de semana, pontes, férias, etc.) não é de molde a ajudar muito a aproximação e a (pré)ocupação com os necessitados. Que o digam, por exemplo, os filhos que abandonam os pais nos hospitais para irem... de férias. A prova disso é, por exemplo, a “solidão estrutural” de certos grupos. Com predomínio para os portadores de deficiência e os idosos. Por isso, os poucos que, de forma habitual e não meramente circunstancial, combatem a “solidão estrutural” quase sempre também combatem o sistema. Quanto mais não seja, pela denúncia.

1.2 – A caridade, específico do seguidor de Jesus Cristo

Da parte cristã, a exemplo da actuação de Jesus Cristo que “*passou fazendo o bem*” (Act 10, 38), a necessidade social motiva, explicita e potencia a caridade. Isto é: a simples filantropia ou aproximação instintiva a quem sofre encontra no exemplo de Cristo uma elevação tal que o cristão chega a assumir como obrigação o «ter de dar a vida» pelo outro, como Ele deu. E isto é a caridade, a última e mais sublime etapa do amor-ágape, do amor-doação. A caridade coloca-se, assim, entre a necessidade e a actuação concreta. É causa desta e efeito da primeira.

A inteligência crente verifica também que há carências da mesma espécie. Por exemplo, entre os mais velhos. Então, organiza-se a resposta da caridade a essas necessidades mais ou menos do mesmo género. É isto que justifica e impele o associativismo em ordem ao bem comum. Este associativismo com fim beneficente, inicialmente quase sempre informal, provém, então, de duas fontes: da dimensão psicológica da amizade inter-humana e, de maneira especial, da caridade sobrenaturalmente alimentada pela graça. As duas juntam-se para uma aproximação, como que instintiva, ao necessitado.

Mas a mola impulsionadora mais forte é a caridade. Face à mera filantropia, representa o dobro da força, pois supõe esta, mas possui algo bem mais forte, que lhe acrescenta: o mandamento expresso e o exemplo de Jesus. É esta dupla força que não só aproxima o crente do carente como lhe faz descobrir as mais sublimes formas de socorro e assistência, quase sempre, pelo menos nos inícios, fora dos estreitos limites e dos estereótipos dos quadros institucionais ou técnicos de uma determinada época.

Mas, para além dessa originalidade, outros dados são de referir. O serviço prestado é desinteressado, generoso, denso de calor humano e, ao mesmo tempo, segundo as exigências

metodológicas e com os contributos técnicos oferecidos pelo desenvolvimento científico da época. Pensemos, a título de mero exemplo, no método educativo do P. Américo e no recurso às técnicas modernas para a época: tipografia, carpintaria mecânica, serralharia, etc.

1.3 – A caridade exprime-se em misericórdia

A caridade tem uma «filha»: chama-se misericórdia. É um sentimento ou «paixão» - no sentido corrente, como apaixonamento intenso, atracção quase irresistível, necessidade de presença próxima- que nasce naturalmente da abertura humana e, muito mais, da cristã, à dor e à necessidade do outro. Só o sádico social e o soberbo –dois casos de doença relacional- desconhecem a misericórdia. Porque o primeiro, patologicamente, sente gosto na dor do outro e o segundo despreza ostensivamente o semelhante.

A misericórdia associa-se naturalmente com a generosidade e ambas potenciam os efeitos benéficos do agir caritativo. Daqui a importância da misericórdia para a resolução, rápida e desburocratizada, das problemáticas sociais, para promover a circulação das riquezas (materiais e espirituais) e para organizar formas adequadas de serviço social que superem a estreita e restritiva justiça.

Estas formas quase sempre constituíram e constituem novidade absoluta no sector ao qual se dirigem. Pense-se nas leprosarias, gafarias e lazaretos; tenha-se presente a diversidade de formas de actuação que a praxis cristã cristalizou nas Santas Casas da Misericórdia, com uma visão integral da pessoa nas obras corporais e espirituais; recorde-se o tratamento das doenças mentais com os seguidores de S. João de Deus; pense-se nas Conferências Vicentinas e nas suas visitas aos pobres nas suas próprias casas; recorde-se a defesa da vida com as rodas conventuais e o acolhimento das prostitutas e mães solteiras; evoque-se os Mercedários e sua tarefa de resgate de prisioneiros e cativos, etc., etc. E não se ignore até que, na sua maioria, são provenientes da acção da Igreja realidades tão comezinhas como os antigos campos do jogo da bola (hoje snobmente designados estádios de futebol), grupos desportivos, bandas de música, ranchos folclóricos, grupos de teatro, etc., etc. É que a misericórdia, sob o estímulo da caridade, traduz-se em beneficência organizada. Esta apresenta-se, então, em termos práticos e concretos, como a resultante da inspiração da caridade com os sentimentos de misericórdia.

2. Porque são os sacerdotes os rostos da proximidade e da solidariedade?

Sem pretensões de esgotar o tema e até de justificar as afirmações, apresentaria algumas razões pela ordem que me surgiram à mente. Na certeza de que o leitor facilmente encontrará muitas outras. Ei-las:

- porque não são funcionários de uma qualquer repartição que esperam ansiosamente a hora de fechar portas, mas fazem da sua vida um hino de abertura ao próximo, conhecem, melhor que ninguém, o humano integral e as necessidades inerentes ao corpo e à alma;
- ao pregar a caridade –mandamento novo do amor- como que sentem necessidade de a corporizar em instituições de socorro e de serviço que lhe assegurem perenidade;
- funcionam como centro aglutinador e até como líderes naturais da comunidade crente, pelo que incarnam as suas aspirações, conscientes ou inconscientes;
- são portadores de um alto capital de confiança, favorecido pelo próprio celibato e pela consequente inexistência de família a sustentar. Este capital de confiança é, quase sempre, superior à dos outros membros da comunidade, mormente aos que exercem política activa;

- como que incarnam a essência ou, pelo menos, a «representação» do cristianismo. Como tal as comunidades tendem a confiar ao sacerdote tudo o que tenha a ver com os assuntos relativos à fé (evangelização), construção e gestão dos espaços e alfaias sagrados (liturgia) e organização de obras de caridade (dimensão real ou hodegética);
- a Eucaristia que celebram, obriga-os a «repartir» e a «dar-se». O protótipo, obviamente, é Jesus Cristo que fez da Sua vida uma vida-para-os-outros. O pão e o vinho do altar são também sinais e símbolos do pão e do vinho novo da alegria e do contentamento que hão-de chegar à mesa de toda a humanidade. A ponto de, para a Igreja antiga, a oferenda dos fiéis para os pobres ser indissociável da Eucaristia. De facto, a prática da comunhão de bens e a ajuda aos necessitados e aos débeis sempre ocupou um relevo especial quer na pregação, quer mesmo a nível da vivência eucarística. Por exemplo, São Cipriano garantia que, quando os ricos não levavam para a Eucaristia o que os pobres necessitavam, simplesmente estavam presentes, mas não participavam. São palavras do santo bispo de Cartago, tão célebre que o denominaram «Papa africano»: *“Tu crês que celebras o sacrifício do Senhor, tu que não te importas nada com a caixa das esmolas [para os pobres], que vens à celebração dominical de mãos vazias e que, pelo contrário, até pretendes tomar parte na oferenda que trouxe o pobre?”*. E, já antes, Santo Ireneu de Lion definia a Eucaristia como *“oblação de homens livres”*, tal o valor concedido ao ofertório em favor dos necessitados.
- obviamente, tudo isto sem ignorar algumas razões bem mais humanas. Por vezes, até demasiadamente humanas. Quais sejam a de marcar com alguma grande obra a sua memória futura, a conquista da simpatia por parte da Paróquia, a exercitação de um certo jeito de edificador, etc.

Seja como for, a nossa sociedade não sabe quanto perde se escorraçar os sacerdotes. O Santo Cura d’Ars dizia: *“Adorarão os animais”*. Eu não me atreveria a tanto, mas ousou afirmar que sem os sacerdotes a própria vida em sociedade ficaria ainda bem mais difícil e o «Estado social», se já está falido e moribundo, morreria de vez.

3. E para o futuro?

Como vem sendo dito, a Igreja ligou o seu nome à absoluta inovação assistencial e colocou-se na origem de quase todas as melhores instituições sociais que o Estado –muitas vezes mediante um jacobinismo perito em estupidez- assumiu ou está gradualmente a assumir como suas. Muitas vezes para as entregar a «sectores sem coração», como é o caso do grande capital. Isto nos diversos âmbitos da actividade humana. Pense-se nas universidades, escolas de todos os níveis, saúde, assistência a órfãos e abandonados, reeducação dos encarcerados, etc., etc.

Actualmente, embora com várias excepções, a beneficência eclesial centra-se, fundamentalmente, na assistência à infância (berçários, creches e jardins infantis) e à terceira idade (lares, centros de dia e apoio domiciliário). Continuamos, também, a manter instituições para crianças, adolescentes e jovens filhos de famílias desestruturadas (Casas do Gaiato, Oficinas de São José, Obra de Frei Gil, Via Nova, Instituto Mons. Airoso, Florinhas disto e daquilo, etc.), lares para deficientes profundos (Ordem de S. João de Deus, Centro João Paulo II, em Fátima, etc.), acolhimento de doentes terminais (pense-se na futura Casa do Poverello ou Domus Fraternitas, em Montariol), regeneração de prostitutas, acolhimento de vítimas de violência doméstica, etc. Mas, neste momento, a parte de leão da assistência está representada, fundamentalmente, pelos Centros Sociais Paroquiais, Misericórdias e algumas Confrarias/Ordens Terceiras. Estas duas últimas instituições estão quase sempre –e bem!- nas mãos dos leigos. Importa reflectir fundamentalmente nos Centros Sociais

Paroquiais já que, pela própria natureza estatutária, têm sempre o Sacerdote/Pároco como seu Presidente nato.

3.1 – Necessidade de repensar as formas de actuação

Se a própria Igreja, realidade histórica, é chamada a passar –rigorosamente falando, no Céu não há Igreja, comunidade dos que seguem a Cristo sem O ver, e só por extensão ou analogia se pode falar de “Igreja triunfante”- muito mais passarão as suas obras e as formas históricas de institucionalizar a caridade. Creio, pois, que é chegado o momento de repensar se devemos continuar a investir nos mesmos sectores e nas mesmas formas em que temos investido. Além do mais, porque, objectivamente, o Estado está a tornar-nos impossível a assistência social como a concebemos até agora. Ou inconscientemente ou de forma menos inocente, parece estar a aproveitar-se da crise para retirar a Igreja da sua única base de apoio: a sociedade. Já o tinha feito com o mundo da saúde, está a fazê-lo agora com o ensino e prepara-se para iniciar o processo com a assistência social. E o mais curioso é que retira esses sectores à Igreja para, posteriormente, acabar por os entregar a poderosíssimos lobbys económicos, os quais, mais cedo ou mais tarde, acabam por impor as suas regras. Pense-se na enorme quantidade de hospitais e clínicas privadas que por aí pululam e tenha-se também presente as parcerias público/privados estabelecidas recentemente para a remodelação das escolas para comemorar o centenário da República e que alguns afirmam serem tão ruinosas para o erário público como as antigas SCUT's. E tudo leva a crer que, no campo da assistência social, o Estado está a retirar a Igreja de cena para proceder de igual modo. O que o Estado não quer é a Igreja presente na sociedade. É lamentável, mas é preciso dizê-lo.

Sob este ponto de vista, alguns dados nos ajudam a reflectir. Vale a pena tê-los presente. Uns vêm de fora, provêm directamente do Estado; outros são inerentes à própria vida paroquial.

3.1.1 – Dificuldades exógenas

Sem pretensão de as enumerar todas, referiria os seguintes dados:

- a) há quem calcule que, entre concepção, terreno, construção e mobiliário, o Estado não contribui com muito mais que 30% do montante total das IPSS,s. E é quando contribui. E a tendência é para diminuir. Há ainda que considerar a necessária manutenção e as despesas de funcionamento. E nas inaugurações, com pompa e circunstância, os ministros anunciam que essa é obra do Estado. Aliás, o Estado é especialista em fazer crer que é sua a obra da Igreja. E muitos sacerdotes, para aproveitarem o pouco que recebem, deixam-se ir na onda... Até nas placas comemorativas...
- b) o Estado está a pôr exigências cada vez mais acrescidas -quando não descabidas- e nem sempre consonantes com a nossa realidade sócio-económica. Com o pretexto da segurança, debita continuamente legislação que ele próprio não aplica nas suas instituições;
- c) impõe modelos assistenciais e educativos que não se coadunam com a moral cristã. Passa-se lá fora e a tendência é trazê-los cá para dentro, como «dogma» do chamado «pensamento único» e até como forma de dificultar a acção da Igreja. Por exemplo, em Espanha, uma lei obriga os centros e lares da Igreja a tratar os pares gay em pé de igualdade com os casais/famílias; na Alemanha, há anos, queriam obrigar os hospitais católicos a fazer abortos tais como os do Estado; na Inglaterra, as instituições de acolhimento da Igreja devem permitir aos meninos e às meninas, a partir de uma idade bem precoce, todo o género de relacionamento sexual (hétero ou homo), sob pena de serem excluídas da segurança social. E em Portugal já vigora a

norma que impede todo e qualquer serviço doméstico até aos 16 anos (fazer a cama, arrumar o quarto próprio, ajudar a limpar o refeitório, etc.). Será uma forma de inserir essa gente na vida activa?

- d) pelo menos no referente à construção e à recuperação do IVA –o que pode vir a desaparecer brevemente- é frequente asfixiar as instituições com o incumprimento dos prazos acordados para as transferências financeiras;
- e) impõe condições injustas e anacrónicas. Por exemplo, se o Protocolo de um lar contempla 25 utentes e só lá tiver 20, obviamente o Estado só transfere o relativo a esses 20. Mas se o lar tiver 30 –e a Segurança Social pode impor a admissão de mais utentes- só paga o correspondente aos mesmos 25 protocolados;
- f) retirou, efectivamente, a possibilidade de orientação aos Párocos/Presidentes da Direcção ao impor, consoante as situações, directores técnicos, directores pedagógicos, psicólogos clínicos, psicólogos organizacionais, etc., etc., pessoal este que o Estado não subsidia;
- g) na prática, às Direcções atribui apenas duas funções: a de agentes de responsabilização criminal para assumir a imputação do que possa correr mal e a de conseguir o sustento económico daquela enorme percentagem que o Estado não cobre;
- h) não tem o mínimo de respeito pelos Centros enquanto dadores de trabalho como se viu, no início do ano lectivo passado, com a problemática dos ATL's: sem crianças, as IPSS,s ficaram com funcionários excedentários que, em alguns casos, tiveram de despedir mediante as indemnizações legais. O mesmo se vai passar com os colégios privados. Mas aí, o Estado lava as mãos.

3.1.2 – Dificuldades endógenas

Além das anteriormente referidas, há outras que provêm de dentro e, por vezes, constituem não pequena fonte de dores de cabeça e até de problemáticas pastorais graves. Há, também, que lhes prestar atenção. É verdade que, em grande parte, essas problemáticas são assumidas pelas direcções técnicas. Mas não na totalidade. Assim:

- a) constituem frequente origem de animosidades e conflitos de inteiras famílias com o Pároco quando este não dá trabalho a todos os que o procuram;
- b) o mesmo acontece quando o Pároco tem de intervir e punir um funcionário não cumpridor e, ainda mais, quando tem de haver despedimentos;
- c) retiram ao sacerdote imenso tempo que poderia ser dedicado à evangelização e ao contacto mais personalizado com os seus paroquianos e constituem um sorvedouro de bens que fazem falta noutros sectores;
- d) obrigam a tomar medidas duras relativamente a familiares de utentes (pagamento de débitos, acompanhamento emocional dos pais, etc.) que conduzem a animosidades;
- e) constituem motivo de inveja e afrontamento por parte de caciques locais, mormente de alguns que se acolhem à sombra da política para se imporem no meio;
- f) a demasiada institucionalização da caridade pode causar na comunidade paroquial uma certa insensibilidade face a situações particulares e originar aridez nas relações com carências não institucionalizáveis;

Por tudo isto, alguns Centros Sociais Paroquias –não todos, obviamente- são frequentes fontes de problemas pastorais e não parte da sua solução. Razão pela qual aparecem alguns sacerdotes que não aceitam com gosto as Paróquias que os possuem.

3.2 – Não obstante... a Igreja tem de continuar na assistência social

Com o anteriormente referido, ditado mais pelo realismo dos factos do que pelo pessimismo, não se quer afirmar que a Igreja se deva retirar da assistência social organizada. Pelo contrário. Até porque é a Igreja quem cobre, efectivamente, a totalidade do território nacional e, em certas zonas desertificadas e de população envelhecida, se a Igreja não fizer, ninguém fará. O que se pretende chamar atenção é apenas para a ideia de que o actual modelo maioritário parece estar a esgotar as suas virtualidades e que, para o futuro, será de ter em conta aspectos tais como:

- a) Necessidade de um certo profetismo: descobrir aquelas novas formas de pobreza à qual a sociedade e o Estado só muito tarde ou nunca acodem. Pensemos nos doentes terminais, nos doentes mentais, nas vítimas de exclusão pela Sida, na reeducação dos que saem da prisão mais violentos do que quando para lá entraram, nos que vivem em solidão estrutural, etc.
- b) Investir nos grandes âmbitos que a cultura dominante de massas despreza ou põe em causa. Por exemplo, no relativo à salvaguarda da dignidade da pessoa humana e da família. Por algum motivo, na sua recente viagem apostólica, o Papa Bento XVI ousou referir aos agentes de pastoral social apenas duas situações concretas, mas suficientes para aferir do timbre especificamente cristão: o serviço às vítimas do drama do aborto e a defesa da família, o consórcio de vida e de amor e de um homem e de uma mulher, abertos aos possíveis filhos e sua educação.
- c) Embora de acordo com o princípio de participação/colaboração e reclamando em alta voz o princípio de subsidiariedade do Estado, a Igreja tem de se dar conta de que não é nem pode ser um organismo daquele, como no tempo do regalismo ou, ainda hoje, nos países nórdicos. Como tal, tem de ter presente que certas alianças a não libertam e, fundamentalmente, impedem ou dificultam um outro género de bem que o Estado não faz até porque não sabe fazer.
- d) Há que ser consequente com o princípio de autonomia das realidades terrenas, tão querido ao Concílio. Por isso, o que a Igreja deve fazer, particularmente mediante os Párocos e as Paróquias, é incentivar grupos e organismos a avançar para obras de solidariedade social sem que estas, porém, sejam propriedade e fiquem à responsabilidade da Paróquia. E a maturidade cultural e civilizacional do nosso povo saberá assumir estas tarefas e dar-lhe pleno cumprimentos.
- e) Enfim, não se pode esquecer que, juntamente com a evangelização e a liturgia, o exercício da caridade continua a ser o terceiro pilar onde assenta a vida crente. E, quase sempre, as nossas Paróquias prestam o devido relevo aos dois primeiros aspectos e desprezam o terceiro. Como tal, há que começar a investir em algumas organizações paroquiais sócio-caritativas: Caritas Paroquial, Conferências Vicentinas, visitantes de doentes e idosos, observatório de pobreza, refeitórios sociais (se for o caso), grupos de pares que façam ver aos toxicodependentes a possibilidade e necessidade de se recuperarem, etc., etc. É indispensável que, ao longo deste ano pastoral, todas as Paróquias da nossa Arquidiocese se dotem de algum destes organismos ou de outro similar.

Conclusão

João Paulo II definia a solidariedade não como um mero sentimento ocasional ou superficial –por exemplo, perante uma situação de catástrofe–, mas “*a determinação firme e perseverante de se empenhar no bem comum*” (SRS 38). Esta percepção vem-nos de Jesus Cristo, mediante a Igreja que prega o Seu exemplo. E não esqueçamos que o grande contributo de Jesus Cristo à ética não foi o de impor novos preceitos, à maneira do receituário sobre os alimentos do judaísmo, mas sim no simples preceito básico do amor a

Deus e ao próximo. A ponto de se poder afirmar que toda a lei se resume apenas nisto (cf Gal 5, 14). O que levou Santo Agostinho a pronunciar a célebre e conhecidíssima frase: “*Ama e faz o que quiseres*”.

Ao longo dos tempos, a Igreja procurou traduzir essa percepção ética nas mais diversas circunstâncias históricas mediante a linguagem da caridade, seja ocasional, seja institucionalizada, sem o que essa percepção permaneceria muito abstracta. Não obstante, no passado como no presente, podemos ir mais longe. Tinha razão Gandhi ao dizer que a grande revolução mundial aconteceria quando os cristãos vivessem o mandamento do amor.

Na fidelidade a essa tradição, a Igreja é chamada a uma atenção redobrada, em cada época, às novas dores, carências e necessidades que nela despontam. E a intentar-lhes resposta. Por isso, não é sua vocação «conservar» sempre as mesmas obras, mas sim armar-se com a mente da provisoriedade: saber quando é que as obras estão chamadas a serem substituídas por outras mais consentâneas com a necessidade do tempo.

Uma coisa é certa: a caridade sistematizada (a macro-caridade) jamais poderá obstaculizar a caridade personalizada (micro-caridade ou caridade de proximidade). Uma e outra supõem-se e completam-se. No passado, no presente e no futuro, os sacerdotes foram, são e serão agentes privilegiados (e insubstituíveis?) desta caridade de dupla face.

+ Manuel Linda